

Superior Tribunal de Justiça

PET na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.587 - DF (2019/0287019-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
REQUERENTE : CARLOS EDUARDO VALADARES ARAUJO
REQUERENTE : DURVAL DE LARA FERNANDES
REQUERENTE : JOSE ALBERTO LOPES FRANCO
REQUERENTE : JOSÉ DOS SANTOS
REQUERENTE : LUIS ANTONIO DOS SANTOS
REQUERENTE : NAZARENO ANTONANGELO
REQUERENTE : PAULO NOGUEIRA FONTES
REQUERENTE : PAULO ROGERIO CARDOSO LOBATO
REQUERENTE : RITA DE CASSIA SAFIOTI DIAS
REQUERENTE : SONIA MARIA MARCELINO
ADVOGADOS : JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA - DF012409
FERNANDO JOSÉ FEROLDI GONÇALVES - DF032246
LEANDRO SÉRGIO CORREA PIRES - DF012423
REQUERIDO : CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCS DO BANCO DO
BRASIL
ADVOGADOS : RICARDO SIMÕES SALIM - RJ027651
GUILHERME ALBERTO LIDINGTON NETO - RJ057208
MARIA LUCIA ANTONINI ULTRA SOARES - RJ061015

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de petição na qual a parte autora requer "*a extinção do feito com fulcro no art. 485, I e IV, [do CPC], em relação aos autores CARLOS EDUARDO VALADARES ARAÚJO, NAZARENO ANTONANGELO e PAULO ROGÉRIO CARDOSO LOBATO, diante da ausência de procuração atualizada*".

É o breve relatório.

Decido.

Consoante dispõe o art. 117 do CPC e considerando que a ação originária foi proposta mediante litisconsórcio ativo facultativo comum, em que há mera cumulação de demandas suscetíveis de propositura separada, é admissível sua rescisão parcial, para atingir uma ou algumas das demandas cumuladas (AgRg no Ag 1.308.611/BA, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 27/8/2012 e RESP 1.111.092/MG, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJE 28/6/2011).

Desse modo, com relação a CARLOS EDUARDO VALADARES ARAÚJO,

Superior Tribunal de Justiça

NAZARENO ANTONANGELO e PAULO ROGÉRIO CARDOSO LOBATO
extingo a ação rescisória, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, IV, do
CPC.

Com relação aos demais autores, regularizada a representação processual,
recebo a petição inicial.

Providencie a Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito
Privado a retificação da autuação.

Em seguida, cite-se a CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS
DO BANCO DO BRASIL - PREVI para, querendo, contestar a ação no prazo de 15
(quinze) dias (art. 970 do CPC).

Cumpra-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator